



AP 023/2014

Contribuições metodológicas para o próximo ciclo tarifário

Contribuição para o Quarto Ciclo de Revisões Tarifárias – 2ª Etapa

29 de janeiro de 2015

1 A gestão de OE e ATD adicionam riscos

A gestão de ativos não remunerados, sejam eles Obrigações Especiais ou Ativos Totalmente Depreciados, adiciona riscos para a distribuidora que devem ser reconhecidos na tarifa.

2 É normal ter ATD, mas o seu acúmulo deve ser monitorado

A preocupação da SRE com relação à não reposição de ATDs é válida e deve ser monitorada, mas não é motivo para deixar de compensar o risco associado à gestão dos ATDs.

3 A manutenção de ATDs em boas condições são benéficas para o consumidor

4 A decisão de repor ATDs depende principalmente de outros fatores

Os fatores principais que influenciam a decisão de repor, ou não, os ATDs são:

- as condições de uso dos ATDs
- a taxa de remuneração do capital (WACC)
- o risco de não reconhecimento dos investimentos realizados
- o Fator X e
- a regulação da qualidade.

Recomendação 1

Estender o tratamento regulatório proposto para as Obrigações Especiais para os Ativos Totalmente Depreciados:

$$RC_{ATD} = \frac{r_p - r_f}{1 - t} \cdot \gamma \cdot \frac{VPB - REM - DEP}{VPB} \cdot ATD$$

1 Confiabilidade da estimacão

Quão confiável é a estimativa dos ganhos de produtividade? A alta volatilidade ano a ano indica que não é muito.

2 Risco de circularidade insustentável

Há o risco de que o ganho de produtividade passado seja determinado (pelo menos em parte) pelo Fator X estabelecido anteriormente - distribuidoras forçariam reduçao de custos às custas de sua descapitalizacão (prática insustentável no longo prazo).

3 Duplicidade nos redutores tarifários

O Fator X capta o ganho de produtividade da

- fronteira eficiente
- convergência à fronteira

mas a tarifa das distribuidoras já impões redutores de tarifa por meio das trajetórias de reduçao dos Custos Operacionais e Perdas Não Técnicas (convergência à fronteira)

4 Inovacão precisa ser estimulada

Inovacão somente é remunerada se produzir ganhos de produtividade acima da média.

5 Ganhos de produtividade são repassados na revisao tarifária

Ganhos de produtividade alcançados no ciclo tarifário são repassados ao consumidor na revisao tarifária.

Recomendacão 2

Fixar o Componente *Pd* do Fator X em patamar igual a 50% da taxa média dos ganhos de produtividade históricos.

1 Incorporação da qualidade na formação de tarifas é necessária

Relacionar o nível da tarifa com a qualidade do serviço é necessário e a inclusão do Componente Q do Fator X é uma forma de estabelecer esse vínculo.

Calibragem é o desafio.

2 Pesos dados aos indicadores de qualidade devem ser mais aderentes aos custos

Não há embasamento para os pesos atribuídos aos diferentes indicadores de qualidade. Sugere-se que os pesos atribuídos ao DEC e FEC sejam iguais, pois o Fator X é aplicado ao *capex* (mais relacionado ao FEC) e ao *opex* (mais relacionado ao DEC). O DEC já terá uma ponderação maior no processo tarifário como um todo, pois ele também é contemplado no *benchmarking* dos Custos Operacionais.

3 Inserção do IASC como indicador apresenta problema de ‘risco moral’

Consumidores têm incentivo para avaliar mal a distribuidora para reduzir a tarifa.

4 Proposta assume que elevação de qualidade sempre é desejada

A metodologia relaciona variação do Fator X a alterações da qualidade sem levar em conta o nível de qualidade atual - isso pode ensejar ações indesejadas (i.e. elevar a qualidade além do requerido pelo consumidor, resultando em tarifas maiores do que o desejado).

Recomendação 3

Adotar pesos iguais para o DEC (0,35) e FEC (0,35).

Eliminar o IASC do Componente Q do Fator X para eliminar o ‘risco moral’.

1 PNTs é problema que envolve ‘interação social’

Perdas Não Técnicas se enquadram no tipo de problema conhecido na literatura econômica como problema de interação social (*social interaction*).

Uma das características deste problema é que a taxa de proliferação tende a aumentar à medida que o problema se torna mais comum, o que dificulta o combate.

2 Problema público para o qual ‘campanhas de combate’ subsidiadas podem ser desejáveis

Sugere-se que, para o casos mais sérios, sejam previstos planos de combate a serem aprovados e acompanhados pela Aneel com plano de metas de redução acoplados a planilhas de fluxo de caixa descontado.

Recomendação 4

Distribuidoras com problemas mais severos de PNTs devem ter planos de combate pré-aprovados pela Aneel, com seus custos reconhecidos e compromissos de investimento e de metas a serem alcançadas.

O Instituto Acende Brasil é um Centro de Estudos que visa a aumentar o grau de Transparência e Sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro. Para atingir este objetivo, adotamos a abordagem de Observatório do Setor Elétrico e estudamos as seguintes dimensões:

Para saber mais acesse
www.acendebrasil.com.br



RENTABILIDADE



TARIFA E
REGULAÇÃO



OFERTA DE
ENERGIA



AGÊNCIAS
REGULADORAS



MEIO AMBIENTE
E SOCIEDADE



GOVERNANÇA
CORPORATIVA



LEILÕES



IMPOSTOS E
ENCARGOS